

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: sociabilidade x localização das APAES

Autor: Poliana Aparecida Roque

Orientador: Amanda Santos Vargas

Curso: AEU Período: 9º Área de Pesquisa: Arquitetura Institucional

Resumo: O presente artigo trata da importância da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e os locais de inserção das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais no contexto urbano. Tem por objetivo principal analisar se tal localização é capaz de influenciar ou não nas conquistas e resultados obtidos por estas pessoas, além de avaliar o alcance dos trabalhos de tais instituições. Para o desenvolvimento do trabalho em questão, foi realizada uma pesquisa de abordagem bibliográfica onde foram revistos referenciais teóricos de importantes autores a respeito do tema Inclusão, além de uma pesquisa de opinião aplicada em 17 cidades e estudo de caso da instituição de Anápolis, Goiás. Foi realizada também uma pesquisa de campo na unidade de Durandé, Minas Gerais a fim de avaliar sua atual condição de funcionamento. Concluiu-se por meio deste estudo que o local de inserção da APAE de Durandé no meio urbano é um dado de suma importância, pois a sociabilidade vem do convívio social dos indivíduos. Por este motivo fica clara a necessidade de uma relocação de tal instituição, além de uma reestruturação para que possa ser melhorada a qualidade do programa de atendimento e comportar a demanda de alunos que o município possui.

Palavras-chave: Integração. Pessoa com deficiência. Sociabilidade. APAE. Localização.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE (2010), no Brasil o número de pessoas que possuem algum tipo de deficiência chega a 23,9% (45 milhões) das quais, deficiência motora corresponde a 7%, visual 18,8%, auditiva 5,1% e mental/intelectual 1,4%. Segundo Ross (2004) historicamente este grupo tem sido tratado como inferior e incapaz de desenvolver suas habilidades intelectuais em sua plenitude e com isto, sofrem com a discriminação por parte da sociedade, que na maioria das vezes tem uma visão excludente e equivocada.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Art. 2º, 2015, p.20)

De acordo com o Art.6 da Constituição da República Federativa do Brasil, todo cidadão tem direito à moradia, saúde, educação, segurança entre outros. No entanto, muitos destes benefícios são negligenciados às pessoas com deficiência, deixando-o à margem da sociedade, sem espaço para viver com dignidade. Para Vygotsky (1997) conforme citado por Pacheco e Oliveira (2011) é necessário que seja promovida a interação social, uma vez que esta tem imensa importância no desenvolvimento das relações cotidianas das pessoas com deficiência, visto que além das limitações físicas ou intelectuais (classificadas como deficiência primária), também existe a deficiência secundária que ocorre em função das barreiras impostas pela sociedade, fica evidenciada a necessidade da inserção da pessoa com deficiência não só na área de educação, mas em toda a esfera pública.

Por este motivo as instituições de apoio atuam a fim de assegurar inclusão, qualidade de vida e todos os direitos a essa parcela da população, conforme a Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que é uma rede com mais de 2.163 unidades filiadas no território nacional, que auxilia em seu desenvolvimento, além de apoiar também suas famílias.

Observando o alcance dos trabalhos das APAES e visando a inserção plena dos portadores de necessidades especiais na sociedade, indaga-se: Seria a localização física das APAES no contexto urbano das cidades um fator determinante para a conquista da sociabilidade de seus usuários? Para buscar respostas a esta questão, serão realizados estudos de caso, analisando APAES de diferentes cidades brasileiras com relação ao meio urbano onde cada uma está inserida, observando esta localização associada às práticas especializadas oferecidas nestas instituições, traz algum benefício/ vantagem na socialização global desses indivíduos.

2.0. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1 APAES: O que são e sua importância

Segundo Fukuda, Carvalho, Bucher (2011), a associação possui filiais por todo o país levando atendimento para mais de 250 mil pessoas, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Brasil, foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1964, decorrente da diligência de algumas famílias que possuíam membros com deficiência, visando garantir que os mesmos desfrutassem ao máximo dos benefícios que a instituição oferece, como assistência social, educação e saúde, em tempo integral. Ao longo dos anos, as associações começaram a ganhar reconhecimento e força, se expandindo pelo território nacional e atualmente também oferecem apoio às famílias dos alunos, que tem participação em seu desenvolvimento cotidiano. O movimento apaeano é considerado o maior movimento social do Brasil e do mundo (APAE Brasil 2015).

As APAES têm como oferta prioritária a educação, cuja área especializada é o ensino fundamental, em função de atender todas as faixas etárias: crianças, jovens e adultos que por alguma razão não puderam receber a alfabetização necessária. (Fukuda, Carvalho, Bucher, 2011).

De acordo com Sena e Leite (2013), nestas unidades o serviço social se faz presente por meio de legislações: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 além do Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2013 e Constituição Federal de 1988, visando o cumprimento de todas as leis e a garantia de seus benefícios.

Ainda de acordo com os referidos autores, quando se trata de conhecer a instituição, seus objetivos e regras, o primeiro setor contatado pelos pais ou responsáveis dos portadores de deficiência é o de serviço social, onde o assistente social conhece a realidade e assiste de perto a adaptação ao novo ambiente do usuário. A partir do momento em que os pais encaminham seus filhos para a APAE, e participam de seu desenvolvimento, eles passam a adquirir mais conhecimento acerca dos direitos oferecidos às pessoas com deficiência, facilitando cobrar os que lhe são negligenciados.

Ainda para Fukuda, Carvalho, Bucher (2011), o ambiente familiar é de extrema importância, pois é onde acontecem as primeiras interações sociais dos portadores de deficiência, gerando estímulos emocionais, que irão prepará-los para o convívio em comunidade. Neste contexto o nascimento de um bebê com deficiência muda completamente o ponto de vista e a rotina de seus responsáveis, levando-os a se adaptarem aos novos desafios de cuidar de uma criança com estas condições.

A teoria e a pesquisa de abordagem sistêmica defendem que a família é um sistema aberto de influência mútua, em que o comportamento de um membro influencia e é influenciado pelo comportamento de todos os demais (MINUCHIN, 1982 apud FENAPAES, 2011).

O artigo 19 da Constituição Federal de 1988 reconhece que a pessoa com deficiência tem os mesmos direitos de conviver em comunidade e desenvolver suas relações sociais e serem independentes, além de possuir liberdade de escolha como as demais. Mesmo que em alguns casos a lei não seja cumprida, também está assegurado no mesmo artigo, que estas pessoas devem ter livre acesso a serviços de apoio, quer seja em sua residência ou em instituições especializadas para atender a todas as suas necessidades a fim de que estes possam gozar de plena inserção na sociedade e não sejam excluídos ou reprimidos pelo fato de possuírem algumas limitações que os tornam diferentes do restante da população.

Por outro lado, para Matiskei (2004) em algumas cidades as instituições filantrópicas se encontram enfraquecidas por falta de recursos destinados aos seus projetos, porém não perdem seu foco, que é garantir o bem-estar de seus usuários, e tentar ganhar reconhecimento para que possam ultrapassar as barreiras que lhe são impostas para conquista da cidadania.

Segundo Kliksberg (1998) apud Matiskei (2004), o estado tem um papel de grande importância em engajar empresas, ONGs, comunidades, entre outras divisões da coletividade na luta pelos direitos de todos os cidadãos especialmente das pessoas que possuem algum tipo de deficiência e são alvo da segregação. Para que isto ocorra se faz necessária uma transformação nas políticas públicas já existentes, talvez até mesmo a criação de novas legislações em prol dos grupos marginalizados e uma transformação nas políticas educacionais a fim de que seu novo objetivo seja ensinar sobre as diferenças e a importância da inclusão e aceitação das pessoas com deficiência quebrando assim os paradigmas existentes, e diminuindo a exclusão social e espacial em todos os domínios sociais.

Como foi observado por Mantoan (2003), e Ross (2004) na esfera acadêmica, fica evidente a incapacidade tanto dos professores - que se consideram incompetentes para a tarefa de ensinar - quanto dos demais funcionários e a escassez de pessoas aptas para relacionarem-se com este grupo. Tal fato salienta ainda mais a importância das APAES, que são instituições especializadas e capacitadas para tal atendimento, não só na área da educação.

2.1.2. Barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência.

Conforme Garcia (2014) por se tratar de um grupo marginalizado, que muitas vezes era considerado inferior a outras pessoas, o processo de aceitação da pessoa com deficiência ocorreu de forma muito lenta e gradativa ao longo da história. Devido a este fato, atualmente ainda existe o preconceito e discriminação destes indivíduos em questão.

De acordo com Mantoan (2003) apenas no ano de 1969 os Países Nórdicos, começaram os movimentos em prol da inclusão destes, quando passaram a observar a segregação no âmbito social. A partir daí a importância da causa foi crescendo, visto que a inclusão é um fator primordial para o convívio em comunidade, pois estimula o desenvolvimento da sociabilidade.

Participação é uma necessidade fundamental do ser humano, logo o homem só terá possibilidade de total desenvolvimento numa sociedade que permita e facilite a sua participação (Voivodic, 2004 apud Sampaio e Sampaio 2009, pg 40).

Anteriormente, como foi observado por Ross (2004), a inclusão da pessoa com deficiência enfrenta impedimentos não apenas no âmbito escolar, mas também no social. Outras atividades são negligenciadas por falta de locais adaptados e acessíveis para o lazer, e quando ocorrem, geralmente acontecem em praças e igrejas ou mesmo em confraternizações em família. (Fukuda, Carvalho, Bucher, 2011).

Outra barreira que acomete sua inclusão nas escolas de rede regular, por exemplo, é o preconceito dos pais de outros alunos que não possuem deficiência e não aceitam tal integração por pensarem que a qualidade da escola ou do ensino vai diminuir pelo fato de recebê-los na sala de aula (Mantoan, 2003). Diante da afirmação a seguir de Ross (2004), se pode notar o quanto a autoconfiança de um indivíduo pode ser afetada pelas barreiras que lhes são impostas:

Se as impossibilidades forem maiores do que as possibilidades, eis que uma cortina de incapacidade me revestirá e todo meu ser será escondido, anulado. Então, eu serei um anormal, um deficiente, um ser inferior. Passarei a entender que não posso aprender. (ROSS, 2004)

Conforme Maciel (2000) em outras áreas sociais a exclusão também se faz presente, como por exemplo, na saúde: as barreiras se dão por motivo de os postos de atendimento não possuírem infraestrutura adequada, sendo na maioria das vezes demasiadamente pequenos e receberem mais usuários do que podem comportar. A fisioterapia tem vagas limitadíssimas e as próteses artificiais são ainda mais complicadas de se conseguir. Geralmente há uma fila de espera muito grande e para quem não possui uma renda considerável é ainda maior. Na área de assistência social os problemas acontecem devido à falta de investimento em projetos ou programas de acolhimento a pessoa com deficiência por parte das prefeituras ou do estado para atuarem em áreas precárias e afastadas da cidade, que carecem de assistência e atenção.

Maciel (2000) ainda afirma que no mercado de trabalho, poucas empresas estão dispostas a dar uma oportunidade a estes cidadãos, por julgá-los incapazes de realizar as tarefas exigidas e quando o fazem, os salários pagos ao contratado, são menores que os de seus companheiros de trabalho. Tudo isto faz com que estas pessoas se sintam a margem da sociedade impedindo que consigam se desenvolver e crescer intelectualmente, levando-as a se tornarem dessociáveis e terem dificuldade em cultivar suas relações no meio coletivo, pois:

O aprender tem uma dimensão individual que se processa coletivamente. O sujeito só aprende na relação com o outro. A aprendizagem é sempre mediada por instrumentos, signos e procedimentos que possibilitam relações entre os sujeitos e objetos e entre os sujeitos (ROSS, 2004)

2.1.3. A influência da arquitetura na inclusão da pessoa com deficiência.

Para Tuan (1983) quando uma obra arquitetônica é finalizada, deixa de ser apenas um ambiente construído e se torna um ambiente com o poder de afetar e influenciar seus usuários, positiva ou negativamente, pois um espaço arquitetônico revela, instrui e exerce impacto sobre todos os sentidos.

Duarte e Cohen (2003) afirmam que o homem é resultado de suas experiências, e quando não consegue usufruir determinado espaço como os demais, começa a criar barreiras que impedem as interações sociais, e muitas vezes acabam tendo maiores proporções que os próprios impedimentos físicos no recinto urbano.

Ainda segundo os autores, o dimensionamento de edifícios arquitetônicos e seus ambientes ainda se baseiam na proposição do homem padrão - pessoa atlética com todas as habilidades físicas e mentais em perfeito estado - figura estudada desde a antiga Grécia, se tornando o parâmetro norteador quando se trata de mensurar os projetos. A população não deve ser submetida a tais medidas padronizadas, visto que cada indivíduo possui suas particularidades, e uma vez que adotados estes preceitos, a consequência será espaços mais excludentes ao invés de integradores, desmotivando a pessoa com deficiência de frequentar tais locais, passando a elas o sentimento de rejeição, que intensifica ainda mais seu afastamento de outros cidadãos, fazendo com que a exclusão social e espacial tenham o mesmo significado. (Duarte e Cohen).

No ponto de vista de Duarte e Cohen (2003) quando há obstáculos no espaço edificado, este enfatiza as limitações da pessoa com deficiência interferindo e dificultando sua vivência do dia a dia. Pode-se observar que as restrições e incapacidades dos mesmos são geradas pelo ambiente que não foi planejado de modo que pudesse abrigar a pluralidade de cada usuário, e não da deficiência propriamente dita.

Na esfera escolar não é diferente. Para Dias e Magagnin (2015) este ambiente em especial, pode influenciar muito os alunos, podendo facilitar seu comportamento, ou reprimi-lo. Enquanto espaços organizados e acessíveis auxiliam na aprendizagem dos alunos, ambientes com barreiras arquitetônicas afetam o processo de evolução intelectual especialmente das crianças, pois as limitam de interagir durante certas tarefas, gerando assim isolamento e introspecção. Diante disto, Moreira (2013) ressalta a importância de um edifício com espaços que se conectem entre si, e sejam projetados exclusivamente para cada tipo de atividade, sempre valorizando o bem-estar e comodidade dos usuários, acessibilidade e outros enfoques, resumindo espaços que promovam a mobilidade dos alunos, instigando sua curiosidade, gerando segurança e independência.

De acordo com Moschetta e Beloto (2007), um projeto arquitetônico com acessibilidade vai muito além de rampas ou banheiros adaptados para pessoas de mobilidade reduzida. É necessário que todos os espaços sejam pensados de modo que garantam a convivência de todos, sem exceções, assim evitando a exclusão de alguns.

2.2. Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho em questão, foi realizada uma pesquisa de abordagem bibliográfica onde foram revistos referenciais teóricos de importantes autores a respeito do tema Inclusão e de APAES enquanto entidades filantrópicas. Foi feito um estudo de caso da instituição de Anápolis-GO a fim de servir de parâmetro comparativo, e uma pesquisa de campo na APAE de Durandé-MG para avaliar sua

atual condição de funcionamento, incluindo levantamento fotográfico. Também foi elaborada uma pesquisa de opinião e aplicada em 17 cidades próximas da região e algumas do estado do Espírito Santo a fim de conferir uma resposta à questão da influência da localização do espaço físico das instituições na sociabilidade de seus usuários, levantada inicialmente. Para selecionar tais instituições, o critério foi buscar cidades próximas a Durandé com menos de 100 mil habitantes onde houvesse apenas uma sede para atender seus alunos, assim como na cidade em questão. Quanto a APAE Anápolis, ela foi selecionada por ser reconhecida em todo território nacional como modelo de instituição em seu programa de atendimento

2.3 Estudo de Caso- APAE Anápolis, Goiás.

A APAE Anápolis foi escolhida para estudo de caso por ser uma instituição referência de acordo com a Federação Nacional das APAES, e reconhecida em todo o território nacional, além de ter conquistado o título de Melhor ONG do país consecutivamente nos anos de 2017 e 2018 atendendo a 44 critérios relacionados à gestão e transparência. Seu objetivo é atender de melhor forma possível a todos que solicitam seus serviços e integrar a pessoa com deficiência e suas famílias na sociedade.

Foi fundada em 6 de setembro de 1969 pelo Rotary de Anápolis e seu primeiro presidente foi Munir Calixto. A instituição conta com quatro unidades sendo: Escola Maria Montessori, Ambulatório Multidisciplinar Especializado, CRASA – Centro de Reabilitação e Atenção à Saúde Auditiva e Laboratório, a fim de prestar um melhor atendimento a seus usuários.

A instituição concentra suas atividades em três blocos distintos, com o CER III auditiva e intelectual + laboratório no centro da cidade, o bloco da administração se localiza ao norte do centro e a escola Maria Montessori + ambulatório + CER III reabilitação física no terceiro bloco ficam próximos ao hospital, totalizando 3.736,02m².

Figura 1- Distância entre o pavilhão escolar, administrativo e laboratório



Fonte: Google Earth 2018, adaptado pelo autor

O pavilhão escolar possui térreo + 1º e 2º pavimento com rampa ligando-os, totalmente acessível como recomendam as normas, assim como o CER III reabilitação auditiva e intelectual juntamente com o laboratório, já o pavilhão administrativo é composto apenas por um pavimento.

Em outubro de 2016 a APAE de Anápolis se tornou referência no diagnóstico e atendimento de doenças raras em áreas da deficiência intelectual, erros inatos do metabolismo, doenças de origens genéticas e infecciosas e é a única unidade do estado de Goiás que oferece Teste do Pezinho e trata as doenças diagnosticadas.

A Escola Maria Montessori possui 568 alunos com deficiência intelectual e múltipla matriculados atualmente e atua nas áreas de educação precoce, ensino fundamental, ensino médio, EEJA (educação especial de jovens e adultos) além de projetos pedagógicos específicos. Como Atividades Complementares podem ser citadas: música, dança, teatro, artes visuais e treinamentos esportivos (futsal, handebol, atletismo, vôlei, natação).

O Ambulatório Multidisciplinar Especializado (AME) foi fundado no ano de 2002 e em 2017 o número contabilizado de usuários atendidos chegou a 5.284 pessoas.

O Centro de Reabilitação é dividido em três áreas, sendo Reabilitação Intelectual, Auditiva e Física. O CER III Reabilitação Intelectual foi criado em 2013 e atende a pessoas de diversas faixas etárias. Os serviços são prestados para aqueles com deficiência intelectual, transtorno do Espectro do Autismo e síndromes diversas que têm como característica a deficiência intelectual (Síndrome de Down, disfunção neuromotora associada á deficiência intelectual, etc.) O apoio não se limita apenas a Anápolis, mas também se estende a municípios vizinhos: Abadiânia, Alexânia, Terezópolis, Campo Limpo, Gameleira, Goianápolis, Corumbá, Pirenópolis e Cocalzinho.

O CER III Reabilitação Auditiva foi fundado em 2009 e disponibiliza diversos tipos de exames para diagnóstico de doenças auditivas, desde o recém-nascido ao idoso e também recebe usuários de municípios vizinhos.

Por último, o CER III Reabilitação Física presta atendimentos especializados nas áreas de medicina física (fisiatra), fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, enfermagem, assistência social e nutrição, para usuários do SUS com domicílio em Anápolis e outros municípios.

Para a integração social das pessoas com deficiência, a APAE Anápolis oferece um programa de Inclusão Digital com cursos gratuitos nas áreas de informática básica; Excel avançado; Excel intermediário; vovô e vovó online (informática básica para terceira idade); oratória e informática para os alunos do programa FIT (Formação Inicial para o Trabalho). Essa iniciativa teve início em 2011 e o total de alunos já formados chega a 2.395.

A APAE está localizada na Rua Galileu Batista Arantes 320, Anápolis, GO próxima a uma das avenidas principais e da praça, do Centro Médico de Anápolis e também da Escola Estadual.

3.0 ANÁLISE DE DADOS

Para obter uma maior amostragem de dados foram selecionadas 15 instituições de cidades diferentes – além de Durandé e Anápolis que também responderam à pesquisa de opinião, totalizando 17 cidades -cada qual com suas particularidades.

Tabela 1- Cidades das instituições que responderam à pesquisa

Minas Gerais	Espírito Santo	Goiás
Durandé	Ibatiba	Anápolis
Ipanema	Domingos Martins	
Manhumirim	Baixo Gandu	
Manhuaçu	Guaçuí	
Mutum	Venda Nova	
Ponte Nova	Irupi	
Espera Feliz		
Monte Carmelo		
Belo Horizonte		
Aimorés		

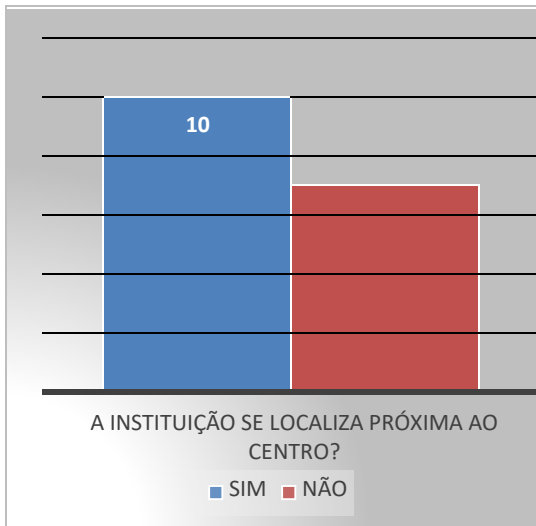
Fonte: Poliana Roque, (2019).

Buscou-se comparar os serviços ofertados por cada APAE como quais são os locais de passeio frequentados pelos alunos, como eles se locomovem, e principalmente a distância da que a instituição se encontra de tais pontos de interesse. Algumas instituições ficam afastadas do centro como é o caso da APAE de Manhumirim e por esse motivo não realizam passeios ou atividades ao ar livre frequentemente, assim como acontece em Venda Nova do Imigrante. O contexto das APAES de Irupi, Ibatiba por outro lado, é bem diferente, pois as associações têm boa inserção no meio urbano. Em Ipanema, está situada dentro da área central da cidade, tornando o deslocamento dos alunos até pontos públicos de lazer menos dependentes de transporte, visto que por conta da proximidade dos locais de interesse, eles poderiam ir caminhando.

A unidade de Belo Horizonte tem um programa de atendimento muito completo assim como a de Anápolis, porém se localiza distante dos locais onde os alunos costumam ir a passeio. As unidades de Espera Feliz, Baixo Gandu, Domingos Martins, Manhuaçu, Ponte Nova e Guaçuí são outras associações que da mesma forma, oferecem bons programas e prestação de serviços.

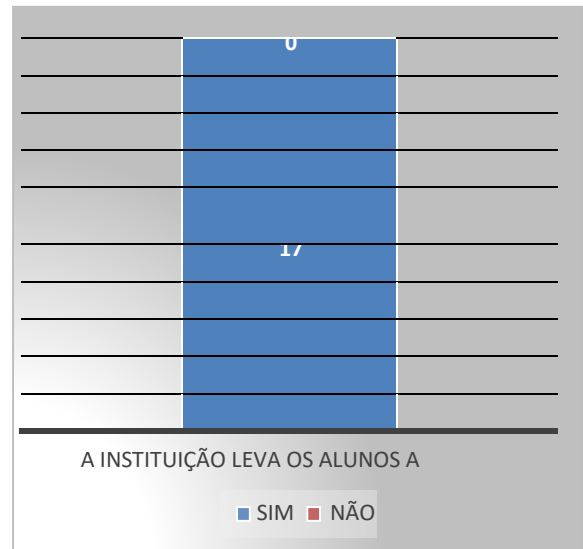
As APAES de Mutum, Aimorés, e Durandé foram as que possuem menos alunos matriculados, seja por falta de estrutura adequada, falta de pessoas que procuram atendimento ou outros motivos. O gráfico abaixo mostra as respostas obtidas durante a pesquisa:

Figura 2- Gráfico respostas



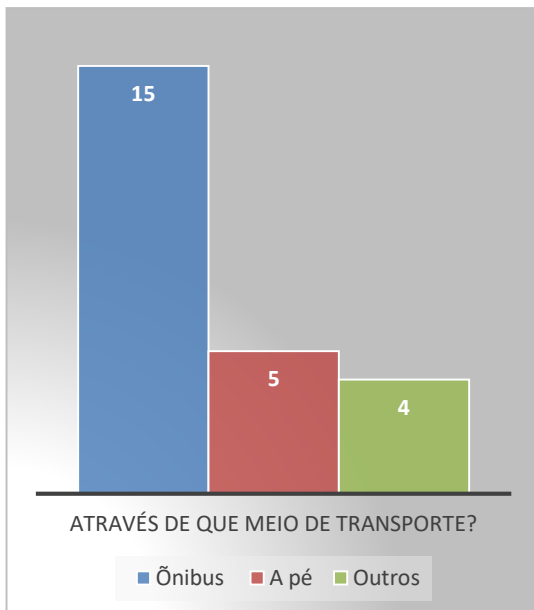
Fonte: Poliana Roque, (2019).

Figura 3- Gráfico respostas



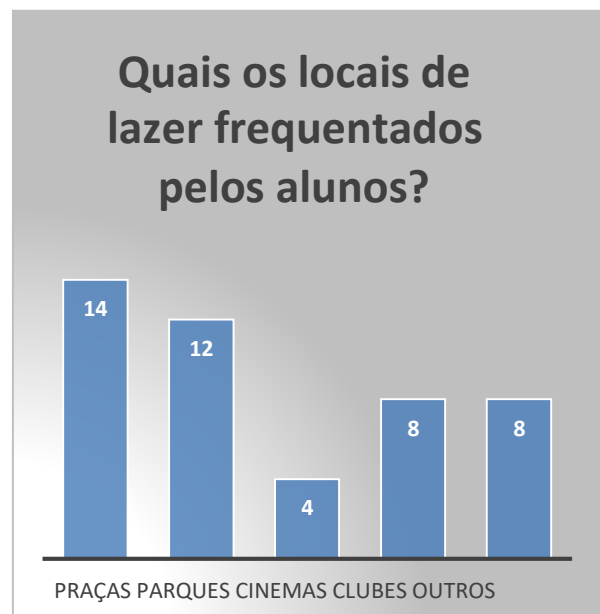
Fonte: Poliana Roque, (2019).

Figura 4- Gráfico respostas



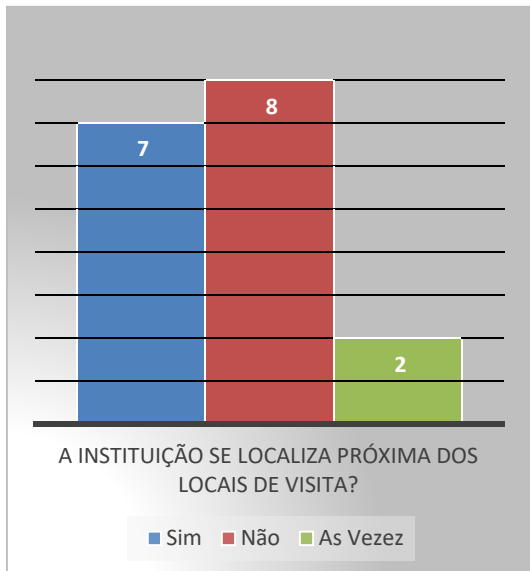
Fonte: Poliana Roque, (2019).

Figura 5- Gráfico respostas



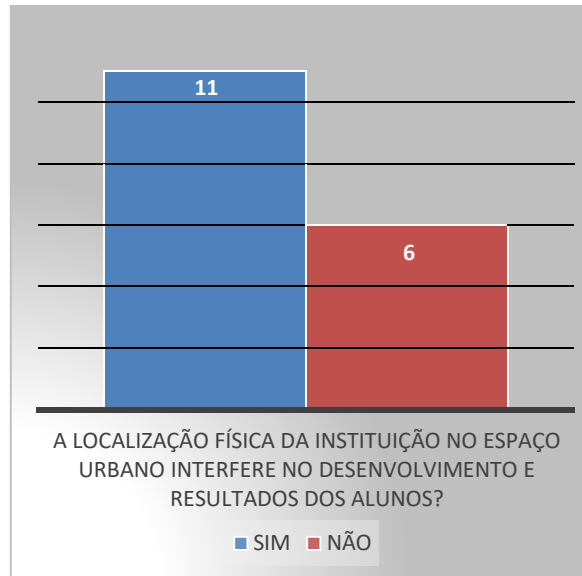
Fonte: Poliana Roque, (2019).

Figura 6- Gráfico respostas



Fonte: Poliana Roque, (2019).

Figura 7- Gráfico respostas



Fonte: Poliana Roque, (2019).

Das respostas obtidas sobre a questão da influência da localização física das APAES, as instituições bem situadas no meio urbano reconheceram que este fator pode ser determinante, visto que uma boa localização pode ser muito benéfica facilitando a integração dos portadores de deficiência + comunidade. No caso das unidades que se encontram afastadas do centro ou da própria cidade, fica ainda mais evidente essa necessidade, devido a alguns obstáculos que se fazem presentes no dia a dia.

Devido ao fato de Durandé ser uma cidade pequena, as distancias a serem percorridas da APAE até o centro por exemplo, não são demasiadamente extensas, porém a edificação está localizada em um bairro menosprezado em relação ao restante do município, por se tratar de uso totalmente residencial, não há troca de interação de outras pessoas para com a associação. A maior movimentação da cidade se dá na área central devido á concentração do setor comercial e institucional que se estende pela avenida principal, então outros serviços que a própria instituição não é capaz de oferecer continuam inacessíveis, visto que não há um meio de transporte para os alunos, se locomoverem ao posto de saúde ou qualquer outro percurso.

Figura 8- Localização APAE Durandé



Fonte: Google Earth 2018, adaptado pelo autor

Traçando comparativos entre as APAE de Durandé e Anápolis, nota-se diferenças principalmente na estruturação das unidades, desconsiderando o fato de que apenas uma delas é de grande porte, pois qualquer instituição deve funcionar plenamente e estar dentro de todos os parâmetros exigidos pelas normas, independentemente de suas proporções. Após análise das plantas baixas da APAE Anápolis, percebeu-se que a estrutura é completamente acessível e preparada para receber seus usuários, uma vez que a edificação foi planejada para este fim desde o início, diferente da sede que se encontra em Durandé, que a princípio era uma residência e logo em seguida foi doada pela prefeitura, se tornando a atual instituição.

Há discrepância não só na parte física das edificações, mas principalmente no programa de atividades ofertadas aos usuários, que no caso da APAE de Durandé é extremamente limitado devido a pequena área disponível para a realização das atividades, enquanto a de Anápolis possui até mesmo um projeto de inclusão digital.

No momento a associação conta com duas professoras que lecionam de segunda a sexta das 12:00 as 16:00 horas e atendimento de um professor de educação física para estimular os alunos a praticarem exercícios. Na área de assistência social há uma psicóloga que faz acompanhamento 1 vez por semana e um fonoaudiólogo.

Figura 9- Copa APAE Durandé



Fonte: Poliana Roque, (2019).

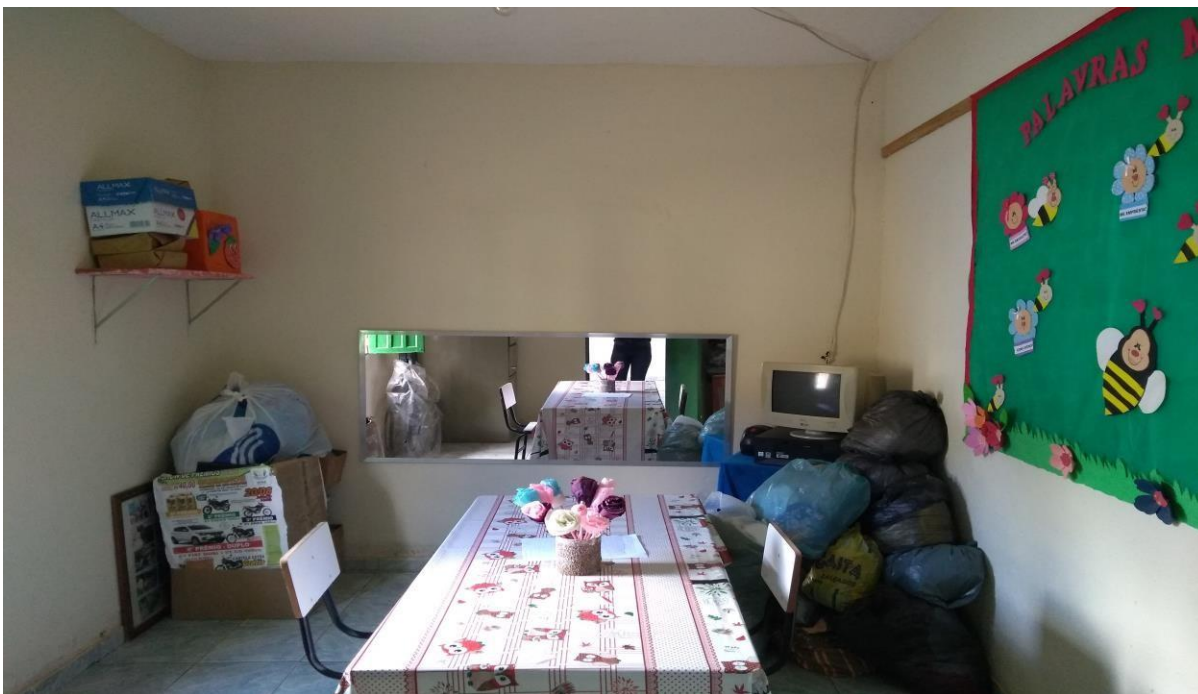
Na figura 9, observa-se o espaço limitado desta copa, onde os alunos fazem suas refeições.

Figura 10- Recepção APAE de Durandé



Fonte: Poliana Roque, (2019).

Figura 11- Atendimento fono/psicólogo APAE de Durandé



Fonte: Poliana Roque, (2019).

Na figura 11, observa-se a sala onde tanto o psicólogo quanto o fonoaudiólogo prestam atendimento aos alunos. Além do fato de ser uma sala improvisada para tais fins, ela também é utilizada como sala de aula.

Figura 12- Sala de Aula APAE Durandé



Fonte: Poliana Roque, (2019).

Na figura 12, a sala de aula que atualmente mal pode ser utilizada por estar servindo como um depósito provisório de materiais.

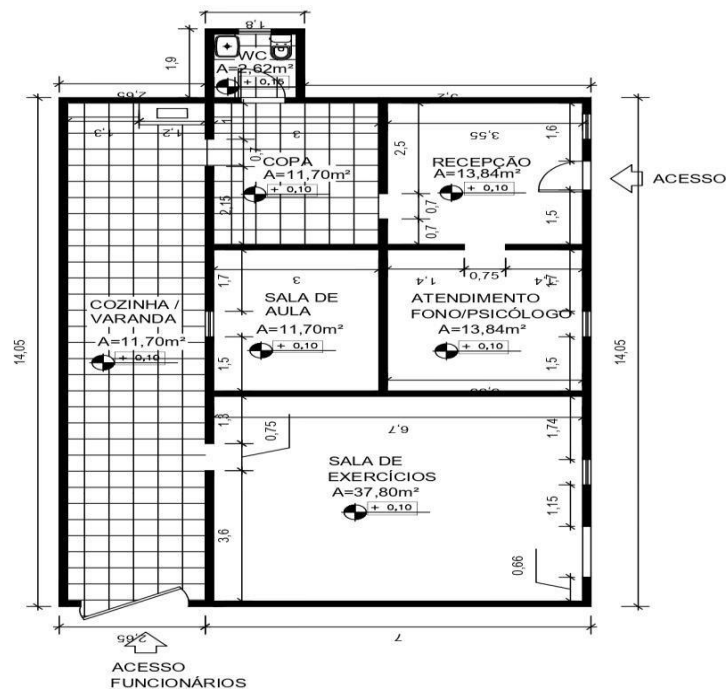
Figura 13- Cozinha / varanda APAE Durandé



Fonte: Poliana Roque, (2019).

A figura 13 apresenta a varanda/cozinha onde os alunos fazem artesanatos e oficinas, ao mesmo tempo em que as refeições são preparadas.

Planta Baixa APAE Durandé



Fonte: Poliana Roque, (2019).

Analisando a planta baixa da APAE de Durandé observa-se o quão pequeno é o espaço no geral. Tudo é improvisado e o banheiro não é acessível em questões de dimensão e adaptação para os usuários com deficiência, assim como a acessibilidade do acesso a recepção também está comprometido, devido a um desnível onde um cadeirante por exemplo não conseguiria ter autonomia para seguir sozinho.

No momento encontram-se 11 alunos matriculados com faixa etária entre 11 e 53 anos. De acordo com registros do Posto de Saúde são mais de 60 indivíduos que dependem de atendimento especializado, entretanto devido à falta de estrutura adequada para receber a demanda de toda a cidade, estas pessoas ficam excluídas. Os alunos são levados a passeios somente quando o ônibus ou van da área da educação estão disponíveis, caso contrário eles ficam apenas na instituição realizando suas atividades rotineiras. Se houvesse uma relocação para o centro, muitos alunos poderiam ir sozinhos para a associação, ganhando assim mais independência e autonomia, facilitando também para seus pais que vezes não podem levá-los até o local, devido aos horários em que começam o expediente por trabalharem na zona rural da cidade.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos estudos e nos referenciais teóricos envolvidos a respeito de inclusão e sociabilidade e indagando se a localização física das APAES interfere ou não no desenvolvimento e resultados obtidos pelos usuários, conclui-se que este coeficiente é de suma importância, pois a sociabilidade vem do convívio social com outras pessoas. Quanto melhor o local de inserção das unidades no meio urbano, menos complicada será a integração dos portadores de deficiência com a comunidade.

Uma instituição bem localizada dentro da cidade gera vários benefícios, como por exemplo em bairros mais habitados, podem gerar maior engajamento da comunidade para com a associação e também aumentar a sensação de segurança, visto que o movimento nas ruas será maior. No caso de APAES com recursos de atendimento limitados, é um ponto positivo que a unidade esteja próxima de centros de saúde e outros, possibilitando assim que os usuários não fiquem sem este direito que lhes é garantido.

Com base no estudo de caso, a estrutura física das associações também tem grande peso nos resultados e desenvolvimento dos portadores de deficiência, uma vez que espaços limitados oferecem programas de atendimento limitados, deixando até mesmo de auxiliar pessoas que precisam destes serviços, como é o caso da instituição de Durandé. Em muitos pontos que foram analisados, fica clara a necessidade de tanto uma reestruturação, quanto uma relocação desta APAE, para que possa ser melhorada a qualidade do programa de atendimento e comportar a demanda de alunos que o município possui.

5.0 REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Art. 6, p. 19, Direitos Sociais, 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html > Acesso em 26 fev. 2019

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, Art. 2º, Pessoa com deficiência, p. 20, 2015. Disponível em: [https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_gen_erico_imagens-filefield-description\]_93.pdf](https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_gen_erico_imagens-filefield-description]_93.pdf) > Acesso em 16 fev. 2019

Dias, Edimilson Queiroz; Magagnin, Renata Cardoso. **A acessibilidade espacial como inclusão de alunos em escola de educação infantil**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v.03, n. 20, p.203-219, 2015. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_a5e046bf0ce0246cf255caf12ca1d0b5 > Acesso em: 19 fev. 2019

Duarte, Cristiane Rosa; Cohen, Regina. **O ensino da arquitetura inclusiva como ferramenta para a melhoria da qualidade de vida para todos**. Revista Virtual Científica, v.7, sn, p. 159-173. 2003. Disponível em <http://www.processo.fau.ufrj.br/artigos/Metodologia%20de%20Ensino%20Arquitetur a%20Inclusiva%20-%20PROJETAR%202003.pdf> > Acesso em:13 mar. 2019

Fukuda, Cláudia Cristina. Carvalho Erenice Natalia Soares. Bucher, Júlia. **A família no contexto da deficiência: estrutura e dinâmica**. Brasília, Federação Nacional das Apaes- FENAPAES, 2011. Disponível em <http://www.uniapae.org.br/wp-content/uploads/2016/06/A-familia-no-Contexto-1.pdf> > Acesso em 19 fev. 2019.

Garcia, Vinícius Gaspar. **Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 12, n. 1, p. 165-187, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v12n1/10.pdf> > Acesso em:27 mai. 2019

IBGE. **IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência**. 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia> > Acesso em 15 fev. 2019.

Maciel, Maria Regina Cazzaniga. **PORTADORES DE DEFICIENCIA: A questão da inclusão social**. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 51- 63, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008 > Acesso em:27 mai. 2019

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo, Editora Moderna, 2003.

Matiskei, Angelina Carmela Romão Matar. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. Educar Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602004000100012&script=sci_abstract&tlng=pt > > Acesso em:07 mai. 2019

Moschetta, Vanessa Carla; Beloto, Gislaíne Elizabete. **Vivências espaciais e a percepção do lugar pelas pessoas deficientes**. Revista Tecnológica, v. 07, sn, p.37-43, 2007. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevTecnol/article/viewFile/4991/4208> > Acesso em: 21 mar. 2019

Moreira, Danielle Soares. **A influência da arquitetura no desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiências intelectuais associadas e múltiplas**. Revista On-line IPOG, v.1, n. 006, p. 134-150. 2013. Disponível em: <https://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/educacao-n6-2013/influencia-da-arquitetura-no-desenvolvimento-da-autonomia-das-pessoas-com-deficiencias-intelectuais-associadas-e-multiplas/> > Acesso em: 21 mar. 2019

Pacheco, Wellem dos Santos. Oliveira, Marinalva Silva. **Aprendizagem e desenvolvimento da criança com Síndrome de Down: representações sociais de mães e professoras**. Ciências e Cognição, v.16, n. 003, p. 187-200, 2011. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/723> > Acesso em: 19 fev. 2019

ROSS, Paulo Ricardo. **Conhecimento e aprendizado cooperativo na inclusão**. Educar em Revista, v.6, n. 23, p.203-224, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2160> > Acesso em: 19 fev. 2019

Sampaio, Cristiane. Sampaio, Sonia Maria. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador, EDUFBA, 2009

Sena, Naara Mariz; Leite, Leandro Henrique Araújo. **O serviço social e o desafio em romper com a desigualdade das pessoas com deficiência no ensino regular**. Revista Científica da Escola de Comunicação e Artes e Educação. v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/277> > Acesso em: 12 abr. 2019

Tuan, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo, Editora DIFEL, 1983.

APÊNDICE A- Pesquisa de opinião

1- Quantos alunos matriculados a instituição possui?

2- A instituição se localiza próxima ao centro?

sim não

3- A instituição leva os alunos a passeios?

sim não

4- Através de que meio de transporte?

ônibus A pé outros

5-Quais os locais públicos de lazer frequentados pelos alunos?

praças parques cinema clubes outros nenhum destes

6- A instituição se localiza próxima dos locais de visita?